

CAB Águas do Agreste S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Caixa Postal 457
14001-970 - Ribeirão Preto - SP - Brasil

Central Tel 55 (16) 3323-6650
Fax Nacional 55 (16) 3323-6651
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
CAB Águas do Agreste S.A.
Arapiraca – Alagoas

Examinamos as demonstrações financeiras da CAB Águas do Agreste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAB Águas do Agreste S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 11 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

CAB Águas do Agreste S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	113	26	Fornecedores e outras contas a pagar	8	67.217	753
Outros investimentos	6	37.695	20.323	Debêntures	9	110.580	34.744
Contas a receber e outros recebíveis	7	22.406	22	Tributos a recolher	10	5.290	903
Estoques		177	166	Provisões e encargos trabalhistas		334	164
Imposto e contribuições a recuperar		495	482	Imposto de renda e contribuição social a pagar		50	-
Despesas antecipadas		132	270				
Total do ativo circulante		61.018	21.289	Total do passivo circulante		183.471	36.564
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Tributos a recolher	10	16.319	-
Contas a receber e outros recebíveis	7	197.260	3.891	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	8.332	209
Depósitos judiciais		134	-				
Impostos e contribuições a recuperar		3.891	302	Total do passivo não circulante		24.651	209
		201.285	4.193	Patrimônio líquido	14		
Imobilizado		1.344	329	Capital social		40.000	4.000
Intangível		8	10	Reservas de lucros		15.533	-
				Prejuízos acumulados		-	(14.952)
Total do ativo não circulante		202.637	4.532	Total do patrimônio líquido		55.533	(10.952)
				Total do passivo		208.122	36.773
Total do ativo		263.655	25.821	Total do passivo e patrimônio líquido		263.655	25.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB Águas do Agreste S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 9 meses e 18 dias findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
Receita operacional líquida	15	166.956	-
Custo dos serviços prestados	16	<u>(127.237)</u>	<u>(11.707)</u>
Lucro bruto		<u>39.719</u>	<u>(11.707)</u>
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	16	(3.862)	(2.827)
Outras despesas operacionais		<u>(3)</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		35.854	(14.534)
Receitas financeiras	17	10.623	787
Despesas financeiras	17	<u>(7.869)</u>	<u>(996)</u>
Receita (despesas) financeiras líquidas		<u>2.754</u>	<u>(209)</u>
Resultado antes dos impostos		38.608	(14.743)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	<u>(8.123)</u>	<u>(209)</u>
Resultado do exercício/ período		<u><u>30.485</u></u>	<u><u>(14.952)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB Águas do Agreste S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 9 meses e 18 dias findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Resultado do exercício/ período	<u>30.485</u>	<u>(14.952)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>30.485</u></u>	<u><u>(14.952)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB Águas do Agreste S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 9 meses e 18 dias findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital subscrito	Capital a integralizar	Capital subscrito e integralizado	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Retenção de lucros		
Constituição em 13 de março de 2012	40.000	(36.000)	4.000	-	-	-	4.000
Resultado do período	-	-	-	-	-	(14.952)	(14.952)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	40.000	(36.000)	4.000	-	-	(14.952)	(10.952)
Integralização de capital	-	36.000	36.000	-	-	-	36.000
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	30.485	30.485
Destinações:							
Reserva legal	-	-	-	777	-	(777)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	14.756	(14.756)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	40.000	-	40.000	777	14.756	-	55.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB Águas do Agreste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e período de 9 meses e 18 dias findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício/ período	30.485	(14.952)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	165	14
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.123	209
Juros sobre atualização do contas a receber de cliente	(9.048)	(506)
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos	7.470	638
Aumento em contas a receber e outros recebíveis	(208.867)	(107)
Aumento em estoques	(11)	(166)
Aumento em impostos e contribuições a recuperar	(3.602)	(784)
Redução (aumento) em despesas antecipadas	138	(270)
Aumento em depósitos judiciais	(134)	-
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar	66.464	753
Aumento em provisões e encargos trabalhistas	170	164
Aumento em obrigações fiscais	20.756	903
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(2.731)	-
Fluxo de caixa usado nas atividades operacionais	<u>(90.622)</u>	<u>(14.104)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(1.181)	(343)
Aquisições de ativo intangível	-	(10)
Outros investimentos	(15.210)	(19.817)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(16.391)</u>	<u>(20.170)</u>
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos		
Debêntures emitidas	105.000	33.900
Pagamentos de debêntures	(33.900)	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	(3.600)
Aumento de capital social	36.000	4.000
Fluxo de caixa proviniende das atividades de financiamentos	<u>107.100</u>	<u>34.300</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>87</u>	<u>26</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	26	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>113</u>	<u>26</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A CAB Águas do Agreste S.A. “a Companhia” é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, localizada na cidade de Arapiraca, Alagoas, na Rua Antonio Estevão da Silva, 274, e foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada - PPP com a Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL por meio de Concessão Administrativa, para construção, gestão, operação e manutenção do Novo Sistema Adutor do Agreste, planejado para iniciar no município de Traipu/AL e terminar no município de Arapiraca/AL, bem como recuperar, gerir, operar e manter o Sistema Coletivo do Agreste existente e a realização de serviços complementares relativos à leitura de hidrômetros, fiscalização e cobrança da área da PPP. A operação da Companhia é regida pelos termos do Contrato de Concessão Administrativa nº 90/2012.

O prazo do contrato de concessão é de 30 (trinta) anos com vencimento original em 2042, e os equipamentos utilizados na operação serão transferidos à Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL ao final do prazo da concessão, podendo ser prorrogado por decisão exclusiva da Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL, observando o limite de máximo de 35 (trinta e cinco) anos.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 11 de março de 2014.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 7 – Contas a receber e outros recebíveis; e
- Nota 11 – Imposto de renda e contribuição social diferidos.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou os seguintes novos pronunciamentos e revisões a pronunciamentos, incluindo qualquer revisão ocorrida como consequência em outros pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2013, sendo eles CPC 19 (R2), CPC 26 (R1), CPC 33(R1), CPC 36 (R3), CPC 40 (R1), CPC 45 e CPC 46. Nenhum desses novos pronunciamentos teve impacto sobre essas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece o contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros classificados como mantidos para negociação são ativamente gerenciados para atender às necessidades de liquidez da Companhia.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem cotas de fundo de investimento de renda fixa registradas em outros investimentos.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Contas a receber e outros recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O valor presente de recebíveis de contratos de concessão de serviços é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa interna de retorno apurada no contrato de concessão na data de apresentação.

As contas a receber e outros recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de serviços de saneamento básico.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Concessão

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão de saneamento básico quando tem um direito contratual incondicional a receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de saneamento básico ou melhoria prestada. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

ii. *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

iii. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto e na lei 6.404/76 são reconhecidos como passivo. Vide nota explicativa 14e.

b. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada pelo método linear baseado na vida útil estimada dos itens, para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado. É geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

• Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Veículos	5 anos
• Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Ativos intangíveis

i. Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado.

iii. Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob as condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o estoque e o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2013.

f. Benefícios a empregados

i. Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou que a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes. As obrigações de pagamento para planos de contribuição definida são reconhecidas como uma despesa no resultado à medida que são incorridas. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

ii. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h. Receita operacional de contrato de concessão de serviço e construção com a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia possui um único contrato de concessão junto à CASAL, o qual de acordo com ICPC01 (R1) – Contratos de concessão e OCPC 05, foi dividido entre obras (CPC 17 (R1) contratos de construção) e serviços (CPC 30 (R1) Receitas).

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida de acordo com o CPC 17 (R1) Contratos de Construção. O risco da demanda dessa obra é da CASAL e a Companhia receberá o valor até o final da concessão em 2042.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida pelas taxas anuais estimadas da margem apurada no plano de negócio do contrato da concessão, e os juros efetivos foram determinados pela Companhia também levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio para os recebíveis das obras que ocorrerão até o final do contrato de concessão de 30 anos. As taxas utilizadas estão descritas abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Margem bruta sobre contrato de construção	16,02%	16,02%
Juros efetivos do contrato de concessão	16,09%	15,87%

A Companhia passou a reconhecer as receitas com base em taxas anuais revisadas, calculadas com base em plano de negócio atualizado.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e aplicações financeiras, variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas corrente e diferida. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

O *IFRS 9 Instrumentos financeiros* introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

4 Determinação do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, da Companhia são classificados como “nível 2”.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Não houveram mudanças a serem consideradas em 31 de dezembro de 2013.

i. Contas a receber de cliente e outros créditos recebíveis

O valor justo de contas a receber e outros créditos, incluindo recebíveis de contratos de concessão de serviços, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de 16,09% a.a. proveniente da taxa interna de retorno da Companhia apurado no contrato de concessão na data de apresentação, que se equipara ao valor contábil.

ii. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa	5	5
Saldos bancários	108	21
Total	<u>113</u>	<u>26</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados à caixa e equivalentes de caixa é divulgada na nota explicativa nº 12.

6 Outros investimentos

As cotas de fundo de investimento são classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado e para o período de 2013 a rentabilidade média foi de 99,02% do CDI. Possuem vencimento entre 1 e 7 anos, com previsibilidade de resgate imediato.

Esses recursos serão utilizados em investimentos em ativos necessários para a conclusão da construção do sistema adutor do Agreste e demais investimentos previstos no contrato de concessão.

A exposição da Companhia a risco de crédito, de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 12

7 Contas a receber de cliente e outros recebíveis

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Recebíveis de contratos de concessão		178.785	-
Outras contas a receber - partes relacionadas	13	40.699	3.806
Outras contas a receber		182	107
Total		<u>219.666</u>	<u>3.913</u>
Ativo circulante		22.406	22
Ativo não circulante		197.260	3.891

A movimentação dos recebíveis de contrato de concessão é a seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldos iniciais	-	-
Receita decorrente de serviços de construção	174.403	-
Receita decorrente de serviços de operação	10.272	-
Receita financeira decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	6.886	-
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no exercício	(12.776)	-
Saldos finais	<u>178.785</u>	<u>-</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados ao contas a receber e outros recebíveis é divulgadas na nota explicativa 11.

8 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores empreiteiros		1.509	574
Outras contas a pagar - partes relacionadas	13	65.708	73
Outras contas a pagar		-	106
Total		<u>67.217</u>	<u>753</u>

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores na data de 31 de dezembro de 2013 e 2012 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 12.

Compromissos com contratos

A Companhia possui diversos compromissos de contratos de prestações de serviços com terceiros para garantir as operações do contrato de concessão junto à Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL. Os compromissos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser assim estimados por seus valores nominais:

31 de dezembro de 2013	<u>Compromissos</u>	<u>12</u>	<u>1-2</u>	<u>2-5</u>
	futuros	meses	anos	anos
Prestadores de serviços (fornecedores)				
Compromissos com contratos	34.469	33.792	659	18

31 de dezembro de 2012	<u>Compromissos</u>	<u>12</u>	<u>1-2</u>	<u>2-5</u>
	futuros	meses	anos	anos
Prestadores de serviços (fornecedores)				
Compromissos com contratos	155.329	105.270	50.059	-

Os compromissos serão registrados de acordo com o regime de competência contábil, quando os serviços forem prestados, e serão pagos de acordo com seus vencimentos contratuais.

9 Debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, liquidez, veja nota explicativa 12.

<u>Linha de crédito</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Debêntures	127% do CDI	2014	110.580	34.744

Em 17 de setembro de 2012 a Companhia emitiu 30 debêntures simples, com vencimento em 17 de setembro de 2013, valor nominal unitário de R\$ 1.130, totalizando R\$ 33.900.

Em 12 de julho de 2013 a Companhia emitiu 1.050 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em única série, no valor nominal unitário de R\$ 100, sendo o valor total da emissão de R\$ 105.000. Apresentam prazo de vencimento de 240 dias a partir da data de emissão, sendo o vencimento final previsto para março de 2014.

Garantias: Companhia Águas do Brasil – CAB Ambiental e Galvão Participações S.A, prestam fiança pelo valor garantido de forma solidária em caráter irrevogável e irretroatável até a data do pagamento integral da dívida.

10 Tributos a recolher

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) diferido – contrato de concessão	13.408	-
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	2.925	375
Programa de Integração Social (PIS) diferido – contrato de concessão	2.911	-
Imposto Sobre Serviços (ISS)	1.843	491
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	322	-
Programa de Integração Social (PIS)	70	-
PIS / COFINS / CSLL retidos a recolher	66	1
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre salário	40	33
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre terceiro	24	3
Total	<u>21.609</u>	<u>903</u>
Passivo circulante	5.290	903
Passivo não circulante	16.319	-

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado possuem as seguintes origens:

	<u>Ativo / (Passivo)</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Contas a receber e imobilizado, líquida contratos de concessão	(9.285)	-	(9.285)	-
Contas a receber - diferimento de venda para órgão público	(506)	(220)	(286)	(220)
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	1.459	-	1.459	-
Outras diferenças temporárias	-	11	(11)	11
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(8.332)</u>	<u>(209)</u>	<u>(8.123)</u>	<u>(209)</u>

- (a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados, a partir do final do exercício social de 2013, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contra tais perdas. No

exercício social comparativo de 2012, a Companhia não reconheceu o ativo fiscal diferido em virtude da incerteza sobre o recebimento do direito contratual incondicional de caixa.

Reconciliação da taxa efetiva	2013	2012
Resultado do exercício antes dos impostos	38.608	(14.743)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	(13.127)	5.013
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(3)	(9)
Receita diferida contrato de concessão	3.612	(3.612)
Prejuízo fiscal e base negativa constituído	1.182	(1.182)
Outras	213	(419)
Imposto diferido	(8.123)	(209)
Alíquota efetiva	21%	1%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração não tem a intenção de efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

12 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente (CASAL) falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia possui o fator mitigante do risco de crédito que é o contrato de Parceria Público Privada.

Em maio de 2012 entrou em vigor a conta vinculada entre o poder concedente e a Caixa Econômica Federal (CEF). Trata-se de uma conta arrecadadora onde todo o recebimento da Companhia é centralizado. Mensalmente, a Companhia emite uma nota fiscal de contraprestação informando o valor a ser recebido para a Caixa Econômica Federal (CEF) que deve ser aprovado pela Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL. No caso da CASAL atrasar a data de aprovação estabelecida contratualmente entre as partes, a Caixa Econômica Federal (CEF) transfere de imediato o montante ora informado pela Companhia.

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5	113	26
Outros investimentos	6	37.695	20.323
Outras contas a receber - partes relacionadas	7	40.699	3.806
Recebíveis de contrato de concessão	7	178.785	-
Total		<u>257.292</u>	<u>24.155</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, tanto em condições normais quanto de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Debêntures	9	110.580	34.744
Fornecedores e outras contas a pagar	8	67.217	753
Total		<u>177.797</u>	<u>35.497</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou saldo de passivo circulante superior ao saldo do ativo circulante.

Essa situação é decorrente de a Companhia possuir debêntures de curto prazo (empréstimo ponte) no valor de R\$ 110.580, cuja liquidação depende da liberação de recursos de longo prazo. A Companhia firmou um contrato de financiamento junto a Caixa Econômica Federal no valor global de R\$ 146.807 com prazo de vencimento de 20 anos e taxa de juros de 8,7% a.a., com o objetivo de promover recursos para atividades de investimentos conforme previsto no plano de negócio da Companhia, sendo a liberação dos recursos ocorrida em março de 2014 conforme nota explicativa 21 eventos subsequentes e será utilizado para liquidação das debêntures anteriormente contratadas pela Companhia.

Adicionalmente a Companhia possui um instrumento particular de abertura de crédito com limite global de até R\$ 60.000 com a controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, com atualização de 120% da variação da taxa Certificado de Depósito Bancário – CDI e com vencimento em 2015.

A Companhia possui também um instrumento particular de abertura de crédito com sua parte relacionada CAB Projetos e Investimentos em Saneamento Básico Ltda. com limite de crédito total aprovado de até R\$ 60.000 com vencimento em 2015.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2013	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses
Debêntures	110.580	112.996	112.996
Fornecedores e outras contas a pagar	67.217	67.217	67.217

31 de dezembro de 2012	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses
Debêntures	34.744	37.435	37.435
Fornecedores e outras contas a pagar	753	753	753

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e IPCA.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	Risco	Valor contábil	
			2013	2012
Ativos financeiros				
Outros investimentos	6	CDI	37.695	20.323
Recebíveis de contrato de concessão	7	IPCA	178.785	-
Outras contas a receber - partes relacionadas	7	CDI	40.699	3.806
Passivos financeiros				
Debêntures	9	CDI	110.580	34.744

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do período de acordo com os montantes mostrados a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2013	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Outros investimentos	37.695	Varição CDI	8,02	10,03	756	12,03	1.512
Recebíveis de contratos de concessão	178.785	IPCA	5,91	7,39	2.642	8,87	5.283
Outras contas a receber - partes relacionadas	40.699	Varição CDI	8,02	10,03	816	12,03	1.632
Passivos financeiros							
Debêntures	110.580	Varição CDI	8,02	10,03	(2.217)	12,03	(4.434)
Total					<u>1.997</u>		<u>3.993</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2013	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Outros investimentos	37.695	Varição CDI	8,02	6,02	(756)	4,01	(1.512)
Recebíveis de contratos de concessão	178.785	IPCA	5,91	4,43	(2.642)	2,96	(5.283)
Outras contas a receber - partes relacionadas	40.699	Varição CDI	8,02	6,02	(816)	4,01	(1.632)
Passivos financeiros							
Debêntures	110.580	Varição CDI	8,02	6,02	2.217	4,01	4.434
Total					<u>(1.997)</u>		<u>(3.993)</u>

Fontes:

CDI foi extraída da base da Cetip com a data-base do último dia útil de dezembro de 2013
 IPCA é o acumulado do exercício de 2013, extraído site BACEN.

Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do período é apresentada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Total do passivo	208.122	36.773
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(113)	(26)
Dívida líquida (A)	208.009	36.747
Total do patrimônio líquido (B)	55.533	(10.952)
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	<u>3,75</u>	<u>(3,36)</u>

Valor justo versus valor contábil

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

	Valor Contábil		Valor Justo	
	2013	2012	2013	2012
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	113	26	113	26
Outros investimentos	37.695	20.323	37.695	20.323
Contas a receber e outros recebíveis	219.666	3.913	219.666	3.913
Total	257.474	24.262	257.474	24.262
Passivos financeiros				
Debêntures	110.580	34.744	110.580	34.744
Fornecedores e outras contas a pagar	67.217	753	67.217	753
Total	177.797	35.497	177.797	35.497

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

	2013			2012		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	-	113	-	-	26	-
Outros investimentos	37.695	-	-	20.323	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	219.666	-	-	3.913	-
Total	37.695	219.779	-	20.323	3.939	-
Passivos financeiros						
Debêntures	-	-	110.580	-	-	34.744
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	67.217	-	-	753
Total	-	-	177.797	-	-	35.497

13 Partes relacionadas

Controladora e parte controladora final

A parte controladora final da Companhia é a Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental.

Operações com o pessoal-chave da administração

Remuneração de pessoal-chave da administração

Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Nos períodos findos em 31 de dezembro de

2013 e 2012, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica “Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas gerais”.

Em 31 de dezembro de 2013, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção, totalizou R\$ 885 (R\$ 654 em 2012)

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Bradesco Previdência Privada, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, e o fornecimento de vale refeição e transporte.

A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos, o Plano de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes.

Os montantes referentes a benefícios a empregados estão apresentados abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Vale-refeição	233	41
Convênio médico	91	34
Previdência privada	68	43
Auxílio-mobilidade	15	36
Outros	2	4
Total	<u>409</u>	<u>158</u>

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

<u>Circulante</u>	<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
	(nota 8)	(nota 8)		
Em fornecedores e outras contas a pagar				
Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental				
- Contrato de assistência técnica	(a)	101	-	(648)
CAB - Projetos e Investimentos em Saneamento Básico Ltda.				
- Contrato de assistência técnica	(b)	-	-	(600)
Galvão Engenharia S.A.				
- Contrato particular de engenharia	(c)	65.577	-	(117.953)
CAB Gerenciadora S.A.				
- Contrato de gerenciamento de obras	(d)	-	-	(1.233)
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(e)	30	73	(269)
Total		<u>65.708</u>	<u>73</u>	<u>(120.103)</u>
				<u>(10.668)</u>
<u>Não circulante</u>	<u>Ativo</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
	(nota 7)	(nota 7)		
Em clientes e outras a receber				
Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental				
- Empréstimos	(f)	40.699	3.806	893
				(206)

- (a) Contrato de serviços de assistência técnica com acionista controladora, com vigência até o prazo final dos contratos de concessão. O montante envolvido é de R\$ 34.904, com pagamentos mensais de R\$ 101, cujo contrato teve início em março de 2012 e tem duração remanescente de 29 anos.
- (b) Refere-se a assistência técnica e desenvolvimento de projeto para realização dos investimentos previstos no contrato de concessão.
- (c) Referem-se a contrato particular de engenharia, construção das obras civis, fornecimento e montagem entre a Galvão Engenharia S.A. e a Companhia. O valor global do contrato é de R\$ 179.911. Em 31 de dezembro de 2013 o montante acumulado contabilizado desse contrato por meio de medição do contrato físico e financeiro foi de R\$ 117.953, registrados por competência, como custo dos serviços prestados e base para reconhecimento da receita de construção, de acordo com o ICPC 01 (R1).
- (d) Refere-se a contrato de gerenciamento de obras compreendendo toda assessoria para realização das obras previstas e delimitadas no plano de negócio, sendo a remuneração de até 5% do valor dos investimentos realizados. O contrato tem como prazo de encerramento a conclusão dos serviços/ investimentos necessários para cumprimento do contrato de concessão.
- (e) Repasses com gastos de pessoal alocados temporariamente entre as empresas do Grupo para prestação de serviços administrativos (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais (engenheiros), cuja mensuração é efetuada mediante rateio de tempo despendido.

- (f) Refere-se a repasses de recursos realizados para a Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental, com atualização de 120% da variação da taxa Certificado de Depósito Bancário – CDI e com vencimento indeterminado.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado subscrito e integralizado está representado por 40.000.000 ações ordinárias, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2013	2012
	Participação	Participação
Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental	100%	100%

b. Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquido residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme apresentado nesta nota explicativa, item (e).

c. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em pagamentos de investimentos previstos no orçamento de capital dos exercícios, mediante deliberação em assembléia geral na Companhia de 10 de dezembro de 2013.

e. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente a Lei 6.404/76 determina que deve ser de metade do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei. De acordo com ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2013 os acionistas, por unanimidade, optaram pela não distribuição de dividendos obrigatórios sobre resultado do exercício de 2013.

15 Receita operacional líquida

	2013	2012
Receita de contrato de construção	174.403	-
Receita de prestação de serviço da operação	10.272	-
Impostos sobre os serviços prestados	(17.719)	-
Total	166.956	-

16 Gastos por natureza

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Custos dos serviços prestados		
Contrato de construção	(122.180)	(11.216)
Custos de concessão	(3.467)	(398)
Custos com pessoal	(1.515)	(465)
Depreciação e amortização	(88)	-
Crédito Pis e Cofins	13	372
Total	<u>(127.237)</u>	<u>(11.707)</u>
Despesas administrativas e gerais		
Serviços contratados	(1.330)	(785)
Despesas com pessoal	(1.224)	(1.340)
Depreciação e amortização	(77)	(14)
Outras despesas	(1.231)	(688)
Total	<u>(3.862)</u>	<u>(2.827)</u>

17 Receitas financeiras e despesas financeiras

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre atualização do contas a receber de cliente	6.886	-
Juros de aplicações financeiras	2.162	506
Outras receitas financeiras	1.539	75
Juros sobre mútuos	36	206
Total	<u>10.623</u>	<u>787</u>
Despesas financeiras		
Juros pagos e incorridos	(7.478)	(844)
Outras despesas financeiras	(391)	(152)
Total	<u>(7.869)</u>	<u>(996)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>2.754</u>	<u>(209)</u>

18 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Risco de engenharia	153.629	96.000
Seguro empresarial	5.235	5.235
Responsabilidade civil	4.500	5.000
Patrimonial riscos diversos + equipamentos	6.967	525
Seguro garantia	10.621	-
Total	<u>180.952</u>	<u>106.760</u>

19 Acordos de concessão de serviços

Em 1º de junho de 2012, a Companhia celebrou contrato exclusivo de Parceria Público Privada com a Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL. O valor do contrato é de R\$1.066.139, na data base de 30 de maio de 2012, calculado com base no valor estimado das obras em construção do novo Sistema Adutor do Agreste, planejado para iniciar em Traipu e terminar em Arapiraca e na recuperação do Sistema Adutor já existente, bem como na totalidade das contraprestações devidas no prazo do contrato, as quais consideram os valores do investimento para fins de cálculo. A contraprestação é atualizada anualmente na data base de reajuste com base no índice de preços ao consumidor (IPCA).

Atualmente, a contraprestação pecuniária mensal encontra-se no patamar de 65% da contraprestação plena e corresponde ao valor de R\$ 2.237. A partir de novembro de 2014, com o sistema atual recuperado e o novo sistema em funcionamento, o Poder Concedente pagará a Companhia contraprestação pecuniária mensal plena, estimada em R\$ 3.446.

a. Compromissos vinculados ao contrato de concessão administrativa

A Companhia assumiu o compromisso de efetuar todos os investimentos previstos no contrato de Parceria Público Privado - PPP, que até 31 de dezembro de 2013, estavam sendo cumpridos, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

b. Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A Companhia está operando sob regime de concessão com os bens do ativo imobilizado do poder concedente, transferidos pela Companhia de Saneamento de Alagoas CASAL, por meio do Termo de Permissão de Uso de Ativos da CASAL em 12 de abril de 2012.

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos custo, depreciação e amortização acumulada.

20 Riscos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

21 Eventos subsequentes

Em 06 de março de 2014 foi liberado o montante de R\$ 136.535 referente ao contrato de financiamento celebrado com a Caixa Econômica Federal conforme mencionado na nota explicativa 12.

* * *

Composição da Diretoria

Diretoria:

Antônio Carlos Ribas Dallalana
Otávio Ferreira da Silveira
Edison Martins

Contador

Wagner Macedo da Rocha
CRC/SP nº 1SP188187/O-0